

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 125/XII/ 3.ª SL

Aos 21 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.
2. Apreciação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre o pedido dos Estados Unidos da América para a realização de operações com armas químicas em Portugal.
3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 896/XII/3ª (PCP) - "Recomenda ao Governo a adequação da rede consular e a melhoria da sua capacidade de intervenção de modo a corresponder às necessidades de uma emigração crescente".
4. Apreciação de Parecer e Relatório:
 - Proposta de Resolução n.º 68/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013".
 - Deputada Autora do Parecer: Maria Gabriela Canavilhas (PS)
 - Relatório relativo à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Estratégia do Alargamento e Principais Desafios para 2013 - 2014 [Com(2013)700 final]
 - Deputado Autor do Relatório: Jorge Rodrigues Pereira (PS)
5. Aprovação das Atas n.º 121 de 17 de dezembro de 2013 e n.º 122 de 7 de janeiro de 2014.
6. Outros assuntos.

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião começando por informar que recebeu resposta à carta que enviou ao Sr. Ministro de Estado e dos



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 125/XII/ 3.ª SL

Negócios Estrangeiros relativa aos acontecimentos ocorridos no aeroporto de Bissau, carta essa que irá ser distribuída aos membros da Comissão. Informou que através do Gabinete da Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade foi recebida proposta de datas para audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, requerida pelo grupo parlamentar do PS: 4 de fevereiro com manutenção da audição regimental no dia 11 do mesmo mês, ou concentração das duas audições no dia 11 de fevereiro.

Houve concordância quanto a esta última proposta pelo que as audições realizar-se-ão, de forma consecutiva, no dia 11 de fevereiro.

Informou ainda que foi recebida brochura em língua portuguesa da Convenção de Lanzarote “Para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais”, enviada pela Sr.ª Deputada Maria de Belém, na qualidade de Parlamentar de Referência em representação da AR na Campanha do Conselho da Europa contra a Violência Sexual relativa às Crianças, convidando os membros da Comissão a participar deste esforço de promoção e sensibilização da “Campanha Uma em Cinco” (de acordo com dados disponíveis, uma em cada cinco crianças na Europa são, de alguma forma, vítimas de violência doméstica).

De conhecimento que foi recebido convite para participação no Fórum parlamentar organizado pelo Parlamento Europeu, no próximo dia 18 de fevereiro, “Os parlamentos da EU no quadro da governança mundial”. O ofício foi remetido para as 1ª, 2ª e 4ª Comissões, tendo esta última já deliberado participar através de delegação composta por dois membros.

Houve anuência na Comissão quanto à participação no Fórum, pelo que, tendo em conta os critérios fixados, a Comissão indicará um membro do grupo parlamentar do PSD e por um membro do grupo parlamentar do PS.

A concluir, deu conta que já se encontra marcada a data da deslocação de delegação da Comissão à Assembleia da República de Moçambique, entre os dias 16 a 23 de março, tendo sido solicitado envio de programa para o efeito àquele Parlamento.

2. Apreciação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre o pedido dos Estados Unidos da América para a realização de operações com armas químicas em Portugal.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 125/XII/ 3.ª SL

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) informou que o seu grupo parlamentar retirava o requerimento, dado que, de acordo com a comunicação social, o transbordo das armas químicas efetuar-se-á num porto italiano, pelo que não se justifica uma vinda exclusiva do Sr. Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, sem prejuízo de considerar que há questões sobre esta matéria que ainda carecem de esclarecimento.

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 896/XII/3ª (PCP) - "Recomenda ao Governo a adequação da rede consular e a melhoria da sua capacidade de intervenção de modo a corresponder às necessidades de uma emigração crescente".

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) informou que o grupo parlamentar do PCP requereu o agendamento para Plenário ao abrigo do n.º 2 do artigo 128º do RAR.

4. Apreciação de Parecer e Relatório:

- Proposta de Resolução n.º 68/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013".

A Sr.ª Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS) apresentou o Parecer começando por referir que com a criação do Céu Único Europeu em 2004 iniciou-se um processo que visa o aumento da capacidade dos serviços de navegação aérea dentro da União Europeia. O presente Acordo insere-se nessa política europeia cuja finalidade reside na organização do espaço aéreo europeu de uma forma mais racional e segura, eliminando ou reduzindo as ineficiências resultantes da sua atual fragmentação. O Acordo tem em vista a criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste, comum a Portugal e a Espanha, redefinindo a configuração e gestão desse espaço aéreo, o qual inclui a Região de Informação de Voo de Lisboa e as Regiões Superiores de Informação de Voo de Madrid, Barcelona e Ilhas Canárias. Realçou que estava excluído do Acordo o espaço aéreo da ilha de Santa Maria, o Centro de Controlo Aéreo do Atlântico, cuja inclusão deve ser decidida pela República Portuguesa até 31 de Dezembro de 2014. Concluiu referindo que o Acordo não cria uma organização internacional com personalidade jurídica internacional, antes cria um Bloco Funcional do Espaço Aéreo do Sudoeste.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 125/XII/ 3.ª SL

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) cumprimentou a Sr.ª Deputada pelo parecer que apresentou, pela minúcia com que analisou o Tratado e a clareza com que o apresentou. Disse que o seu grupo parlamentar acompanha a opinião da Sr.ª Deputada expressa no parecer pelo que irão votar favoravelmente.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade.

- Relatório relativo à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Estratégia do Alargamento e Principais Desafios para 2013 - 2014
[Com(2013)700 final]

O Sr. Deputado Jorge Rodrigues Pereira (PS) apresentou o Relatório começando por citar uma referência constante da Comunicação e que considera que a política de alargamento depende do apoio dos cidadãos da UE. Na agenda do alargamento da UE está em cima da mesa o dossiê dos territórios dos Balcãs Ocidentais e da Turquia, enquadrado no cumprimento dos "critérios de Copenhaga" relativamente à entrada de novos membros na UE, no contexto da cimeira de Salónica de 2003 onde se estabeleceram as perspetivas de adesão e as condições para o Processo de Estabilização e de Associação. A Croácia tornou-se, a 1 de Julho de 2013, o vigésimo oitavo Estado-Membro da União Europeia, enquanto o Montenegro, a Albânia, a antiga República jugoslava da Macedónia, a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, a Sérvia e a Turquia se encontram, por razões específicas de cada país, a aguardar a efetivação das respetivas adesões. Já a Islândia suspendeu as negociações e o Governo declarou que as mesmas só avançarão após realização de referendo. Para 2014 está previsto o lançamento do segundo Instrumento de Assistência de Pré-Adesão. Concluiu referindo que o Alargamento não pode ser dissociado dum aprofundamento institucional que desenvolva os mecanismos de coesão e solidariedade. Alargar para ter uma Europa a várias velocidades não é o caminho. O alargamento faz sentido respeitando a diversidade dos que estão e dos que querem juntar-se a nós, apostando numa estratégia de geometria variável e livre escolha, em que todos os povos possam beneficiar dum projeto comum e liderante.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 125/XII/ 3.ª SL

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) usou da palavra para cumprimentar o Sr. Deputado pelo Relatório. Esta Comunicação visa uma matéria muito importante que é o alargamento do espaço da EU. Importa haver um debate alargado envolvendo todos os Estados-membros. O alargamento deve basear-se na igualdade dos Estados-membros e todos devem respeitar o projeto que irá salvaguardar e beneficiar todos os Estados-membros.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) cumprimentou o Sr. Deputado Relator dizendo que o PCP comunga do princípio que o alargamento resulta da vontade dos povos. Não se pode omitir que existe um problema, a ocupação pela Turquia de uma parte do território do Chipre. Esta questão não está vertida nesta Comunicação. Alargamento só deverá ocorrer depois de este problema estar resolvido. Ao não estar mencionada no Relatório esta questão não pode votar favoravelmente o Relatório, concluiu.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, a abstenção do BE e o voto contra do PCP.

5. Aprovação das Atas nº 121 de 17 de dezembro de 2013 e n.º 122 de 7 de janeiro de 2014.

As atas foram aprovadas por unanimidade.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 janeiro 2014.

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 125/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Helena Pinto
Jorge Rodrigues Pereira
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ana Paula Vitorino
Ângela Guerra
Ferro Rodrigues
José Lino Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuela Tender

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Maria João Ávila